CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 22/06/2022 - 05:56

Governo negocia auxílio de R$ 400 para caminhoneiros

CRISE DOS COMBUSTÍVEIS

Medidas paliativas visam blindar Petrobras

Governo e Congresso decidem criar bolsa-caminhoneiro e aumentar o vale-gás. A sugestão, do Ministério da Economia, tem como objetivo afastar a possibilidade de uma MP que mudaria a Lei das Estatais e atingiria a petroleira

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe têm se manifestado nos bastidores contrários à mudança da Lei das Estatais, proposta pela ala política do governo Bolsonaro. Guedes defende a concessão de uma bolsa-caminhoneiro e um aumento do vale-gás para a população de baixa renda. O assunto tem o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ambos sinalizaram ao Executivo que querem aprovar a medida.

A proposta em estudo é de um voucher caminhoneiro de R$ 400 mensais. Para isso, precisará abrir uma exceção no teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

O valor para os gastos estaria limitado e definido em uma proposta de emenda à Constituição (PEC). O custo avaliado é de R$ 6 bilhões (R$ 2 bilhões para o vale-gás e R$ 4 bilhões para o bolsa-caminhoneiro). A medida valeria até 31 de dezembro.

Com essa sugestão, a área econômica espera afastar a possibilidade de uma medida provisória (MP) para mudar a Lei das Estatais. O discurso é que a melhoria na governança das empresas estatais foi uma conquista que precisa ser preservada. A pasta tem reforçado que, com base na política liberal do governo, ou se tem uma empresa estatal bem gerida com as melhores práticas de governança, ou é melhor vendê-la.

O Ministério da Economia recebeu alertas ao longo do dia, em mensagens enviadas por representantes do mercado financeiro, sobre os riscos de o Congresso mudar a Lei das Estatais para resolver o problema no curto prazo dos preços dos combustíveis.

Nessas mensagens, o ponto central relatado é que a lei colocou uma blindagem para disputas políticas por cargos das grandes empresas, e que o governo ficará refém do apetite político, perdendo a capacidade de defender os interesses do Estado. Nesse cenário, ocorreria uma fuga dos investidores privados.

Quem também se posicionou contra fazer mudanças na Lei das Estatais foi Rodrigo Pacheco. "Não me parece que seja a solução, diante de um problema casuístico e circunstancial, em função de uma guerra, do aumento do preço de combustíveis, haver alteração em uma lei concebida para diminuir interferência política e dar mais governança a essas empresas", reprovou.

Pacheco voltou a defender o Projeto de Lei (PL) 1.472, que prevê a criação de uma conta de equalização do preço dos combustíveis. "É um mecanismo que deve ser considerado, porque não atinge a governança da Petrobras, não interfere na política de preços da empresa, não atinge os dividendos das minorias privadas de acionistas", frisou. "É simplesmente o excesso de dividendos da União, como acionista principal da Petrobras, que pode ser revertido para uma conta de estabilização em momento excepcional de crise."

Na avaliação de Pacheco, "parece mais lógico que o excedente dos dividendos da União (da Petrobras) possa ser revertido para a sociedade por meio de especificidades para caminhoneiros, taxistas, gás de cozinha, beneficiários do Auxílio Brasil". "Então, me parece algo muito lógico reverter esses excedentes para uma conta de estabilização dos combustíveis."

O projeto foi aprovado no Senado no começo do ano, mas segue travado na Câmara. Segundo Pacheco, a proposta não avança entre deputados por causa da resistência do Ministério da Economia. Apesar de o texto ter voltado à mesa de discussão, o parlamentar disse não haver compromisso de Lira de votá-lo.

Para Pacheco, "a Petrobras tem de cumprir sua função social". "O governo tem de entender que não há dicotomia entre Petrobras e o governo, porque, de fato, é o governo que escolhe o conselho, consequentemente sua diretoria, define o seu presidente. A União é a principal acionista da Petrobras", disse. (**Agência Estado, Cristiane Noberto e Raphael Felice**)

Roque de Sá/Agência Senado

Pacheco é contra mudar a Lei das Estatais: "Não me parece que seja a solução (...) haver alteração na lei concebida para diminuir interferência política"

» Comitê avalia indicação de Paes de Andrade

O Comitê de Elegibilidade (Celeg) da Petrobras recebeu, ontem, a documentação para análise do nome de Caio Paes de Andrade à Presidência da estatal. O encaminhamento ocorreu um dia após José Mauro Ferreira Coelho renunciar ao cargo. Agora, a documentação será enviada aos integrantes do comitê, que têm prazo de até sete dias para votar a recomendação ou não de Paes de Andrade. O colegiado se reunirá na sexta-feira para dar posicionamento sobre os dados apresentados. Como o comitê é consultivo, mesmo que seja reprovado, a indicação segue para avaliação do Conselho de Administração.

Saiba mais

Restrições

A Lei das Estatais estabelece normas de governança corporativa e regras para compras, licitações e contratação de dirigentes por empresas públicas e sociedades de economia mista, como é o caso da Petrobras. Também impõe restrições para atuação de dirigentes partidários, ministros, secretários, sindicalistas e parlamentares, que não podem mais ser indicados para cargos de diretores e conselheiros das estatais. Além disso, os postulantes a esses cargos têm de respeitar quarentena de 36 meses após participar em direção partidária ou campanha eleitoral e devem apresentar experiência no setor.

PP contra uma CPI

O PP decidiu não apoiar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Preço dos Combustíveis. A decisão teria partido do presidente da legenda, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Segundo deputados ouvidos pela reportagem, não há interesse em avançar com a CPI às vésperas das eleições. Além disso, a apuração poderia atingir parlamentares da Casa. Um deles destacou que o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi investigado no petrolão. "Ele não tem o mínimo interesse", sustentou. Lira deve assumir uma posição menos incisiva a respeito do tema.

Ao ser questionada, a deputada Celina Leão (PP-DF) afirmou que o sentimento é de deixar o Executivo tomar mais iniciativas. "Não vamos acelerar até o governo fazer o dever de casa", frisou.

O pedido de abertura da CPI, de autoria do deputado Altineu Côrtes (PL-RJ), começou a circular na segunda-feira. Para instalar o colegiado são necessárias 171 assinaturas.

Mesmo com recuo de parte da base aliada, Bolsonaro deve insistir na instalação da comissão. "Ele já falou, né? Difícil desistir", disse um parlamentar.

Líderes de partidos da oposição se reuniram com Lira, na residência oficial, também para tratar da CPI. Após o encontro, o líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), afirmou, à imprensa, que o colegiado é "cortina de fumaça". "Eles não querem discutir, não querem resolver. Se de fato querem resolver o problema do preço, há outros caminhos mais curtos, que é na governança, na política de preço, é fazer um PPI (preço de paridade internacional) adequada", ressaltou.

A líder do PSol, deputada Sâmia Bomfim (SP), disse que "distracionismo não resolve preços". Ela também afirmou que haverá uma reunião dos partidos de oposição para decidir se apoiam ou não a CPI. (**CN**)

ALEXANDRE GARCIA

BRASILEIROS QUERENDO ENTREGAR A AMAZÔNIA DESRESPEITAM AS MEMÓRIAS DE ARTHUR REIS, OSNY DUARTE PEREIRA, CÂNDIDO RONDON, JORGE TEIXEIRA E OUTROS, MAS, PRINCIPALMENTE, OFENDEM A BRASILIDADE DOS AMAZÔNIDAS DE TODAS AS ETNIAS E ORIGENS, QUE SABEM A RAZÃO DA COBIÇA E SEUS DISFARCES

Amazônia cobiçada

O duplo assassinato no Vale do Javari reacendeu as manifestações de uma cobiça que já dura 400 anos. Ironicamente, as ações estrangeiras usuais têm sido mais discretas que a de brasileiros que agora construíram mais uma narrativa a justificar o sonhado condomínio internacional para "administrar" as riquezas naturais da área. Administrar significa dominar e usar. Quando estrangeiros fazem isso, apenas estão insistindo no que sempre fizeram; quando brasileiros se unem a eles, tentando lesar o primeiro fundamento da nossa República, que é a soberania (art. 1º da CF), isso choca. Na minha infância, chamávamos os brasileiros que trabalhavam contra o Brasil em plena Guerra Mundial de quintas-colunas. Lembro-me de Brizola chamar esse tipo de gente de entreguista e vendilhão da pátria.

Agora é um outro líder de esquerda, do partido de Brizola, que denuncia o crime de lesa-soberania: o ex-presidente da Câmara, ex-ministro de Lula e Dilma, ex-PCdoB Aldo Rebelo, um estudioso da Amazônia e defensor dessa metade do nosso território. Não é uma questão de esquerda ou direita, mas de soberania nacional — o primeiro fundamento da nação. Vem de longe a cobiça. Os portugueses a combateram no século XVII, principalmente com Pedro Teixeira, que tirou holandeses, franceses, ingleses e espanhóis da nossa Amazônia, fixando a soberania com os fortes construídos no extremo da pátria. No início do século XX, acreanos decidiram ser brasileiros, e não bolivianos, e se levantaram em armas liderados por Plácido de Castro. Rio Branco consolidou as fronteiras no Acre com a Bolívia e no Amapá com os franceses.

Não são apenas os europeus, os cobiçosos. Em 1849, uma expedição científica da Marinha dos Estados Unidos voltou da Amazônia com a teoria de que a bacia amazônica faz parte da bacia do Mississipi: a direção dos ventos leva os navios da foz do Amazonas para os portos do sul dos Estados Unidos. Portanto, o Império Brasileiro deveria conceder aos americanos a livre navegação nos rios da Amazônia. Desconfiado, Pedro II pediu ao Barão de Mauá uma empresa de navegação nacional que preenchesse o vazio cobiçado. Os americanos já tinham anúncios em jornais, organizando expedições para explorar o Eldorado. Há 50 anos, o cientista Herman Kahn, do Hudson Institute, sugeriu inundar a Amazônia formando um lago gigantesco.

Brasileiros querendo entregar a Amazônia desrespeitam as memórias de Arthur Reis, Osny Duarte Pereira, Cândido Rondon, Jorge Teixeira e outros, mas, principalmente, ofendem a brasilidade dos amazônidas de todas as etnias e origens, que sabem a razão da cobiça e seus disfarces, porque não são ingênuos nem cúmplices em relação à presença estrangeira por lá. Presença ilegal que é aplaudida por gente com o complexo de vira-lata, como chamou Nélson Rodrigues. Brasileiros da Amazônia sabem a diferença entre preservar — intocável e reservado para os estrangeiros — e conservar, com sustentabilidade, para o bem da natureza mais importante: a natureza humana. Ele sabem, todos os dias e noites, que esta amazônia não é simplesmente do Brasil. É o Brasil.

COMBUSTÍVEIS

"Governo não pode interferir em preços"

Ministro de Minas e Energia diz a deputados que normas legais impedem o Executivo de modificar política da Petrobras

» RAFAELA GONÇALVES

Durante audiência pública, ontem, na Câmara dos Deputados, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, reforçou posição contrária ao congelamento de preços dos combustíveis. E, apesar de tecer críticas ao modelo de precificação da estatal, declarando-se a favor da privatização, ele afirmou que não existe a possibilidade de haver intervenção federal na política da empresa.

"É fundamental deixar muito claro para todos: o governo federal não tem como interferir na política de preços da Petrobras. Os normativos legais, hoje, impedem qualquer intervenção, de quem quer que seja", declarou o ministro. Sachsida frisou que os preços são uma decisão da empresa. "Parte dessa governança é importante, não podemos jogar toda uma história fora."

A Petrobras usa o Preço de Paridade de Importação (PPI) para definir o valor que cobra dos distribuidores, considerando o preço dos combustíveis praticado no mercado internacional, os custos logísticos de trazê-los ao Brasil e uma margem para remunerar os riscos da operação. Como o preço no mercado internacional é em dólares, a cotação da moeda também influencia o cálculo.

Para Sachsida o modelo de precificação é artificial: "O PPI não é um preço via mercado. Ele é um preço para reproduzir o preço de mercado. Eu sou a favor do preço de mercado. Se o PPI não está representando o preço de mercado de maneira eficiente, é evidente que ele precisa ser melhorado", afirmou.

A posição do ministro contra intervenção na estatal vai no sentido oposto às atitudes do governo. As declarações foram dadas após o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, ter pedido demissão, na segunda-feira, após forte pressão política do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Coelho já tinha sido demitido no final de maio, mas resistia a deixar o cargo antes de ratificação da assembleia de acionistas. Somente neste ano, é a segunda vez que o governo federal troca o presidente da Petrobras, na tentativa de conter os preços. Para o lugar de Coelho, foi indicado Caio Paes de Andrade, secretário de Desburocratização do Ministério da Economia.

Sachsida citou as alternativas anunciadas recentemente pelo governo e Congresso na tentativa de conter o preço galopante. O auxílio-gás e a redução de impostos federais e a limitação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Apesar disso, disse que "não tem bala de prata, não tem um salvador da pátria".

Segundo Sidney Lima, analista de investimentos da Top Gain, o mercado reage com estranheza à dança das cadeiras no comando da estatal. "O temor que vem à tona agora é que, com a possível instauração de uma CPI, a Petrobras passe a ser usada como um palanque eleitoral. Essas intervenções políticas nunca são vistas com bons olhos por investidores, então, é possível que tenhamos um afastamento de investidores no campo da Petrobras", afirmou.

Billy Boss/Camara dos Deputados

Adolfo Sachsida, durante audiência pública na Câmara convocada para discutir custos dos derivados de petróleo: "Não tem bala de prata"

Repasse em aberto

» FERNANDA STRICKLAND

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou, ontem, levantamento mostrando que o preço médio do litro do diesel no país teve alta de 0,29% na semana passada, passando de R$ 6,886 para R$ 6,906. Porém, segundo a agência, os números da semana de 12 a 18 de junho não refletem ainda os aumentos anunciados pela Petrobras na última sexta-feira, que só passaram a valer no dia seguinte, nas refinarias, para diesel e gasolina.

Entretanto, na Bahia, onde há uma refinaria privatizada pela Petrobras, o produto alcançou o preço máximo aferido pela pesquisa, de R$ 8,63 por litro. O valor mais baixo foi registrado na Paraíba — R$ 5,640.

No mesmo período, segundo a ANP, o preço médio da gasolina comum apresentou um leve recuo, passando de R$ 7,247 para R$ 7,232 — uma queda de 0,20%. O levantamento mostra que o valor mais alto do combustível está no Rio de Janeiro, onde chega a custar R$ 8,990. Entretanto, no Mato Grosso, a gasolina comum ficou mais barata, pois o litro está custando R$ 6,30.

No último dia 17, a Petrobras anunciou reajuste de 5,18% na gasolina e de 14,26% no do diesel, para reduzir a defasagem em relação às cotações externas, conforme à política de paridade de preços internacionais (PPI).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política / Economia **Pagina:** 2 e 9

Copyright © Clipclap 2025.